O International Arbitration Act

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Do Foreign Awards Act de 1986 à lei de 1994

O direito moderno da arbitragem de Singapura foi construído em duas etapas. A primeira dizia respeito à execução de sentenças arbitrais estrangeiras. Singapura aderiu à Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras de 1958, a Convenção de Nova York, em 21 de agosto de 1986. A Convenção entrou em vigor para Singapura em 19 de novembro de 1986, com a reserva de que Singapura a aplica apenas a sentenças proferidas em outro Estado contratante. Foi implementada pelo Arbitration (Foreign Awards) Act 1986, que entrou em vigor no mesmo dia.[1]

A segunda etapa dizia respeito às arbitragens com sede em Singapura. O Parlamento aprovou o International Arbitration Act (IAA, lei de arbitragem internacional) em 31 de outubro de 1994. A lei entrou em vigor em 27 de janeiro de 1995.[2] Ela incorporou o Foreign Awards Act em sua Parte 3 e criou um regime para as arbitragens internacionais distinto do aplicável às arbitragens domésticas, hoje regidas pelo Arbitration Act 2001.[3] O momento foi significativo. O Economic Development Board (agência de desenvolvimento econômico) havia passado duas

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

décadas atraindo sedes regionais e empresas comerciais, que a Parte G deste livro examina. Essas empresas precisavam de um foro neutro próximo de seus negócios asiáticos, e o Legislativo passava agora a oferecê-lo.

A Lei Modelo e a definição de arbitragem internacional

O núcleo da lei é a seção 3, que confere força de lei em Singapura à Lei Modelo da UNCITRAL sobre Arbitragem Comercial Internacional, com exceção de seu capítulo VIII, sobre reconhecimento e execução. A Lei Modelo, adotada pela UNCITRAL em 21 de junho de 1985, é reproduzida no primeiro anexo (First Schedule).[4] A seção 4 permite que os tribunais a interpretem à luz dos documentos da UNCITRAL e de seu grupo de trabalho. Singapura juntou-se, assim, a uma família de jurisdições cujo direito da arbitragem segue um texto internacional comum, que advogados estrangeiros conseguem compreender sem estudar peculiaridades locais.

A lei aplica-se às arbitragens internacionais. A seção 5 considera internacional uma arbitragem se pelo menos uma das partes tiver seu estabelecimento fora de Singapura, se a sede ou o lugar onde deva ser cumprida parte substancial das obrigações estiver fora do Estado dos estabelecimentos das partes, ou se as partes acordarem expressamente que o objeto do litígio está relacionado com mais de um país. As partes de uma arbitragem doméstica podem optar pelo regime internacional mediante acordo escrito.[5] Empresas de Singapura usam essa opção quando preferem a supervisão judicial mais limitada do regime internacional.

Autonomia das partes e poderes do tribunal arbitral

A lei combina respeito à autonomia das partes com um conjunto robusto de instrumentos para o tribunal arbitral. Quando uma parte ajuíza ação em violação a uma convenção de arbitragem, a seção 6 obriga o tribunal a suspender o processo, salvo se a convenção for nula, ineficaz ou inexequível. A seção 11 dispõe que qualquer litígio que as partes tenham acordado submeter à arbitragem pode ser decidido por arbitragem, salvo se isso contrariar a ordem pública. O simples fato de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

uma lei atribuir competência a um tribunal estatal não torna uma matéria inarbitrável. Desde 2019, a lei declara também arbitráveis os litígios sobre direitos de propriedade intelectual.[6]

A seção 12 enumera os poderes do tribunal arbitral. Ele pode determinar caução para custas, exibição de documentos e fatos, prova por affidavit (declaração juramentada), conservação ou venda de bens em litígio, preservação de provas, garantia do valor pretendido, medidas contra a dissipação de bens, medidas cautelares e o cumprimento de obrigações de confidencialidade. A caução para custas não pode ser exigida apenas porque o requerente reside ou está constituído fora de Singapura, uma regra que tranquiliza os usuários estrangeiros.[7] A lei define o tribunal arbitral de modo a incluir o árbitro de emergência nomeado segundo regulamentos institucionais. As ordens de um árbitro de emergência podem, portanto, ser executadas por meio dos tribunais.[8]

A lei também protege as pessoas que fazem o sistema funcionar. O árbitro não responde por negligência nem por qualquer erro de direito, de fato ou de procedimento, enquanto as autoridades de nomeação e as instituições só respondem por atos praticados de má-fé. O presidente da SIAC Court of Arbitration é a autoridade legal que nomeia árbitros quando o mecanismo das próprias partes falha.[9] A sentença arbitral é definitiva e vinculante para as partes e para quem delas derive direitos. Com autorização da High Court, pode ser executada da mesma forma que uma sentença judicial.[10]

Alterações de 2001 a 2022

A lei foi alterada com frequência, em geral em resposta a sugestões de profissionais e a desenvolvimentos em sedes concorrentes. Leis de alteração foram aprovadas em 2001, 2002, 2009, 2012 e 2020, juntamente com modificações decorrentes de reformas judiciais e de outras leis.[11] Cada alteração tratou de uma questão concreta. A alteração de 2009 autorizou a High Court a conceder medidas cautelares em apoio a arbitragens qualquer que seja sua sede, o que permite a uma parte de uma arbitragem em Londres ou Hong Kong bloquear bens em Singapura.[12] Desde 2012,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

uma parte também pode submeter ao tribunal estatal, no prazo de 30 dias, a decisão do tribunal arbitral que declara não ter competência. Pela Lei Modelo isoladamente, só uma decisão positiva podia ser impugnada dessa forma.[13]

As reformas judiciais de 2021 mudaram o tratamento dos processos judiciais relacionados à arbitragem. Esses processos tramitam a portas fechadas, salvo se o tribunal determinar uma audiência pública, de ofício ou a requerimento de qualquer pessoa.[14] A confidencialidade que os usuários valorizam estende-se, assim, à sala de audiências. As decisões são geralmente publicadas de forma anonimizada, razão pela qual muitos dos precedentes discutidos adiante trazem códigos de letras como *DJP v DJO* ou *BCY v BCZ*.

O debate de reforma de 2025

Em 2025, o Ministry of Law (Ministério da Justiça) abriu uma nova rodada de reformas. Encomendou à Singapore International Dispute Resolution Academy (SIDRA) um estudo do regime de arbitragem e realizou uma consulta pública de 21 de março a 2 de maio de 2025. As oito questões incluíam a condenação em custas após a anulação de uma sentença arbitral, a exigência de autorização para recursos contra decisões da High Court, uma faculdade de prorrogar o prazo de três meses para impugnações fundadas em fraude ou corrupção, um recurso opcional sobre questões de direito, uma regra legal sobre o direito aplicável à convenção de arbitragem e um poder expresso de julgamento sumário.[15]

As propostas mostram como Singapura administra seu direito da arbitragem. O governo observa as sedes concorrentes, em particular Londres após o Arbitration Act 2025 inglês, e ajusta sua lei antes que os usuários percebam uma desvantagem. Uma análise publicada em maio de 2026 não registrou nenhum passo adicional após a consulta nem alterações anunciadas.[16] O direito descrito neste capítulo é, portanto, a lei em sua versão consolidada em vigor desde 9 de março de 2025.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. UNCITRAL, tabela de situação da Convenção de Nova York (uncitral.un.org, acesso em novembro de 2026): Singapura, adesão em 21 de agosto de 1986, entrada em vigor em 19 de novembro de 1986, declaração (a) sobre reciprocidade; 172 partes no total; International Arbitration Act 1994 (2020 Rev Ed, consolidação informal em vigor desde 9 de março de 2025), Legislative History, item 1: Act 24 of 1986, início de vigência em 19 de novembro de 1986. ↩
2. International Arbitration Act 1994, Legislative History, item 3: Act 23 of 1994, segunda e terceira leituras em 31 de outubro de 1994, início de vigência em 27 de janeiro de 1995. ↩
3. International Arbitration Act 1994, seção 5(4) (exclusão do Arbitration Act 2001) e Parte 3, seções 27–33 (sentenças estrangeiras). ↩
4. International Arbitration Act 1994, seção 3(1) e seção 2(1), definição de "Model Law". ↩
5. International Arbitration Act 1994, seção 5(1)–(3). ↩
6. International Arbitration Act 1994, seções 6(1)–(2) e 11(1)–(2); International Arbitration Act 1994, seção 26B, inserida pelo Intellectual Property (Dispute Resolution) Act 2019 (Act 23 of 2019), em vigor desde 21 de novembro de 2019. ↩
7. International Arbitration Act 1994, seção 12(1)(a)–(j) e (4); alínea (j), sobre confidencialidade, acrescentada pelo Act 32 of 2020. ↩
8. International Arbitration Act 1994, seção 2(1): "arbitral tribunal" "includes an emergency arbitrator appointed pursuant to the rules of arbitration agreed to or adopted by the parties". ↩
9. International Arbitration Act 1994, seções 25, 25A e 8(2) (presidente da SIAC Court of Arbitration como autoridade nos termos do artigo 11(3) e (4) da Lei Modelo). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

10. International Arbitration Act 1994, seções 19 e 19B(1). ↩
11. International Arbitration Act 1994, Legislative History, itens 5–20: Acts 38 of 2001, 28 of 2002, 26 of 2009 (em vigor desde 1º de janeiro de 2010), 12 of 2012 (1º de junho de 2012) e 32 of 2020 (1º de dezembro de 2020); 2020 Revised Edition em vigor desde 31 de dezembro de 2021. ↩
12. International Arbitration Act 1994, seção 12A(1)–(4), inserida pelo Act 26 of 2009: aplicável "irrespective of whether the place of arbitration is in the territory of Singapore". ↩
13. International Arbitration Act 1994, seção 10(2)–(3), com a redação dada pelo Act 12 of 2012. ↩
14. International Arbitration Act 1994, seção 22(1)–(2), com a redação dada pelo Act 25 of 2021, com efeitos a partir de 1º de abril de 2022. ↩
15. Allen & Gledhill, "MinLaw seeks feedback on international arbitration regime and International Arbitration Act 1994", 4 de abril de 2025: consulta de 21 de março a 2 de maio de 2025, baseada em estudo da SIDRA; oito questões enumeradas, com referência ao UK Arbitration Act 2025. ↩
16. Global Arbitration Review, *The Asia-Pacific Arbitration Review 2027*, "Singapore arbitration updates: IAA reform proposals and key court decisions from 2025–2026" (14 de maio de 2026): relatório da SIDRA sobre oito questões, consulta do MinLaw, nenhum desenvolvimento adicional e nenhuma alteração anunciada. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.